

# O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)<sup>1</sup>

**AndreaYumi Sugishita Kanikadan**

Universidade Federal de Alagoas

Professora doutora do Curso de Administração Pública da UFAL, Campus Arapiraca

E-mail: andrea.kanikadan@arapiraca.ufal.br

**Rafael José Navas da Silva**

Universidade Federal de Alagoas

Professor do curso de Agroecologia da UFAL

E-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

## Resumo

Este estudo tem como objetivo reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade, para a comunidade quilombola do Carrasco (Arapiraca-AL). Trata-se de analisar dados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica das liberdades humanas e da multifuncionalidade da agricultura. As comunidades quilombolas são grupos portadores de nossa herança cultural e histórica. Recentemente, essas comunidades veem fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade. A metodologia utilizada envolve levantamento de dados primários e secundários. Utilizou-se a realização de entrevista semi-estruturada, com moradores da comunidade, líder da associação, diretora da escola e do posto de saúde. Os resultados mostram uma comunidade carente de ações públicas que permitam desenvolver suas capacidades no sentido de se buscar a expansão das liberdades humanas e conseqüentemente, o desenvolvimento como liberdade. Por outro lado, existe uma forte identificação com o território, o que abre espaço para se pensar em políticas públicas que garantam o empoderamento e a emancipação desse grupo de modo que possam produzir e se reproduzir no espaço considerado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local; Multifuncionalidade da agricultura; quilombos

## Development as freedom at quilombo of Carrasco in the city of Arapiraca (AL)

### Abstract

This study aims to recognize the multifunctionality of agriculture as a possibility of development as freedom at Carrasco (Arapiraca-AL) quilombola community. The analysis was based on sociocultural, economic and environmental data from the perspective of human freedoms and the multifunctionality of the agriculture. Quilombola communities are groups that carry our cultural and historical heritage. Recently, these communities have been strengthen their struggle pathways and their active participation in society. The methodology of this study involves primary and secondary data collection. We also used semi-structured interviews with community residents, the association leader, the director of the school and the manager of the basic health unit. The results show a lack of public actions to the

<sup>1</sup> Este artigo é resultado do projeto de extensão BDAI – Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional e PIBIC – Programa de Iniciação Científica pela concessão de bolsas de estudo a estudantes de graduação, os quais realizaram a coleta de dados. O projeto foi intitulado Diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental na comunidade quilombola do Carrasco.

community in order to develop their skills. It is of outstanding importance once these communities might look for the expansion of human freedoms and consequently, the development as freedom. On the other hand, there is a strong identification with territory, fact that increases the thoughts on public policies that ensure the empowerment and emancipation of this group. Public policies might help them to produce and reproduce in this space.

**Keywords:** local development. Quilombola community. Multifunctionality of the agriculture

### **El desarrollo como libertad en el quilombo de Carrasco en la ciudad de Arapiraca (AL)**

Este estudio tiene como objetivo reconocer la multifuncionalidad de la agricultura como una posibilidad de desarrollo como libertad, para el quilombo Carrasco (Arapiraca-AL). Se trata de analizar los datos de diagnóstico sociocultural, económico y ambiental desde la perspectiva de las libertades humanas y de la multifuncionalidad de la agricultura. Las comunidades de quilombos cargan nuestro patrimonio cultural e histórico. Recientemente, estas comunidades ven el fortalecimiento de sus medios de lucha y su participación activa en la sociedad. La metodología consiste en la extracción de los datos primarios y secundarios. Fue utilizado para llevar a cabo entrevistas semiestructuradas con residentes de la comunidad, líder de la asociación, director de la escuela y del centro de salud. Los resultados muestran una comunidad pobre de las acciones públicas con el fin de desarrollar sus habilidades para proseguir la expansión de las libertades humanas y por lo tanto el desarrollo como libertad. Por otro lado, existe una fuerte identificación con el territorio, lo que deja espacio para pensar acerca de las políticas públicas que aseguren la autonomía y la emancipación de este grupo para que puedan producir y reproducir en el espacio.

**Palabras clave:** desarrollo local; multifuncionalidad de la agricultura; quilombos

### **Introdução**

O modelo de desenvolvimento pautado estritamente no crescimento econômico vem sendo amplamente questionado nas últimas décadas, sobretudo, após as experiências neoliberais dominantes a partir dos anos 1990. De um modo geral, essa crítica integra profundamente as esferas econômica, ambiental e sociocultural. Na esfera econômica, salienta-se que, ao invés da esperada redução das desigualdades e pobreza, houve maior concentração do poder econômico e crescimento da exclusão social (CHESNAIS, 1996; HIRST, 1998; MOREIRA, 2000; ARAÚJO, 2001). A esfera ambiental remete ao esgotamento de recursos naturais não-renováveis e à degradação ambiental resultantes da super-exploração e da poluição causada pelas atividades industriais. A esfera sociocultural refere-se ao fato de tal concepção de desenvolvimento pressupor e impor modos de vida pouco atentos aos anseios das pessoas e aspectos socioculturais, como noções particulares de boa vida e desenvolvimento (SAHLINS, 1997).

A crítica a essa noção de desenvolvimento provém de outras linhas de pensamento,

identificadas genericamente como pós-desenvolvimentistas, que questionam a centralidade da economia como princípio organizador da vida social. Nesse sentido, autores como Arturo Escobar (2005) atentam para a necessidade de se ‘revalorizar’ as culturas, isto é, os conhecimentos e as práticas locais, as vozes e as preocupações daqueles que devem se beneficiar diretamente do desenvolvimento. Trata-se de articulá-los aos conhecimentos tecnocientíficos, criando diferentes discursos e representações, novas práticas de saber e fazer que definem o desenvolvimento, com o intuito de “construir mundos mais humanos”, cultural e ecologicamente sustentáveis.

Nesta perspectiva, o presente estudo apoiou-se nessas reflexões para sugerir que, os chamados “povos e comunidades tradicionais”, cujos modos de vida e pensamento têm sido ameaçados pelo fato de desconhecerem as regras impostas pelas organizações estabelecidas pela economia global, poderiam ter outra sorte. Trata-se de populações desfavorecidas no contexto da tradição autoritária da sociedade brasileira (NEVES, 2001). Tais populações sempre estiveram na periferia do desenvolvimento econômico, como concebido até então. Mais recentemente, porém, com o advento de novas noções de desenvolvimento, mais atentas a questões ambientais e socioculturais, elas se deslocaram para o centro das discussões e experiências em curso. Passaram a se relacionar diretamente com atores da economia mundial, instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, conservacionistas e militantes políticos, entre outros (CARNEIRO DA CUNHA E ALMEIDA, 1999).

Em meio a este debate, destacam-se as ideias do indiano Amartya Sen, que incorpora outras variáveis ao desenvolvimento, que não sejam unicamente a renda e o crescimento econômico. Em sua revisão dos teóricos do desenvolvimento, Jan Nederveen Pieterse (1998) questiona a existência de um novo paradigma surgindo, pois sustenta que o desenvolvimento “mainstream” aos poucos foi se transformando e incorporando preocupações que inicialmente pertenciam às vertentes alternativas do desenvolvimento. Afirma que o que existe é um pacote significativo de desenvolvimento alternativo, mas não como um novo paradigma. Na interpretação deste autor sobre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre desenvolvimento, as ideias de Amartya Sen se inscrevem como parte da economia atual. Embora a abordagem de Amartya Sen seja vista como um aperfeiçoamento de teorias já existentes, entende-se que pode oferecer elementos para se pensar em formas mais humanas de se enfrentar as situações vividas.

Nosso estudo focaliza uma comunidade quilombola localizada no agreste alagoano, município de Arapiraca (AL). Trata-se de população negra, cujas marcas da exclusão social

e desigualdade ainda são presenciadas. No período escravocrata, esses grupos atuaram nos engenhos de açúcar, economia predominante na época. Na transição que ocorreu entre o fim da escravidão e o novo regime de trabalhadores livres, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho servil, dando continuidade à economia dos engenhos de açúcar (CARVALHO, 2015). Essa substituição fez com que, mesmo na condição de trabalhador livre, se encontrasse na condição de excluído. Aqueles negros libertos que não se inseriram nas lavouras de açúcar, conseguiram sobreviver e puderam se reproduzir em unidades conhecidas como remanescentes de quilombos, realizando atividades de subsistência. Seu modo de vida atual necessita um tipo de reprodução social que considere o seu não-isolamento. Por constituir-se em comunidade inserida em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza. A escolha da comunidade Carrasco (Arapiraca-AL) deve-se aos poucos estudos existentes em temáticas mais abrangentes nessas comunidades no Estado de Alagoas. Os estudos recentes envolvem levantamento de estado nutricional de crianças (FERREIRA et al, 2001), situação de vulnerabilidade da mulher negra (RISCADO et al, 2010), educação afro (SILVA, 2012) e territorialidade (SANTOS & SILVA, 2008). Além disso, o nosso desejo foi o de envolver alunos oriundos dos cursos de Administração Pública e Administração da Universidade Federal de Alagoas, Campus de Arapiraca em projetos de iniciação científica e extensão.

O estudo dá continuidade às investigações iniciadas com outro levantamento (AUTOR, 2014) sobre comunidades quilombolas no litoral sul paulista e litoral sul fluminense, com a constatação de que o reconhecimento das especificidades territoriais, considerando atividades que levem em conta a conservação da natureza, favorece o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

Nesse quadro, o objetivo aqui proposto é reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade para a comunidade quilombola do Carrasco. Trata-se de analisar dados levantados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica da teoria das capacidades proposta por Amartya Sen (2000), analisando a pertinência ou não de empreendermos ações de desenvolvimento local nessas comunidades.

## **O desenvolvimento como liberdade**

Dentre os diversos autores que tem se debruçado nas discussões sobre

desenvolvimento, destacamos as ideias de Amartya Sen (2000), com “a expansão das liberdades humanas”. Ele propõe uma agenda positiva em torno de uma noção de desenvolvimento possível e desejável, que tem a expansão das liberdades como principal meio e fim. A expansão da liberdade consiste em participação política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A **participação política** refere-se às oportunidades que a pessoa tem em escolher quem governar, em expressar-se politicamente, em escolher diferentes partidos políticos. Essa expansão das liberdades seria obtida por meio do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos.

As **facilidades econômicas** dizem respeito “às oportunidades que o indivíduo tem para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. As **oportunidades sociais** referem-se ao acesso a educação e a saúde. As **garantias de transparência** estão relacionadas a liberdade de lidar com as pessoas de forma sincera e clara. Por fim, a **segurança protetora**, diz respeito às disposições institucionais fixas, como os benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes, distribuição de alimentos em épocas de crises ou catástrofes. Por sua vez, os principais fatores para a negação de liberdades seriam: pobreza, carência de oportunidades econômicas (emprego remunerado), negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, educação funcional, desigualdade entre mulheres e homens. Estas formas de privação estão relacionadas a processos e oportunidades, que não dizem respeito unicamente a questão de renda.

Assim, Amartya Sen (2000) considera a “necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa”.

O que muito nos interessa em Amartya Sen (2000) é que, ao se referir à perspectiva da liberdade, o autor cita as relações entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Ainda, descreve algo que talvez nossa sociedade tenha perdido, ou esquecido, sobre riqueza: “(...) a riqueza evidente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”.

Assim, cabe-se perguntar o que estamos buscando? Essa perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e nas escolhas que efetuam, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

A participação nas decisões garante a liberdade das pessoas afetadas de decidir sobre o que “elas desejam e do que elas estão certas ao aceitar”. Finaliza essa reflexão falando da importância que a educação tem em todo esse processo participativo. Um dos caminhos sugeridos por Amartya Sen (2000) são as políticas públicas, que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

Tais ideias conduzem a repensar as estratégias de indução ao desenvolvimento baseadas na maior participação dos atores locais, como forma de atenderem as suas necessidades. Assim, é a partir da década de 90 que torna-se cada vez mais evidente que o Estado havia exaurido as formas usuais de gestão das políticas públicas, reconhecendo-se a necessidade de formas diferenciadas e mais democráticas de gestão das ações governamentais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). A constituição de 1988 dá ênfase na participação da sociedade civil. Nesse sentido, enfatizam-se as diferentes iniciativas de *desenvolvimento local*, definidas justamente pelo protagonismo dos atores locais na definição de objetivos e prioridade, formulação de estratégias, tomada de decisões e implementação de ações e processos, muitos deles apoiados pelo Estado.

Não obstante, Bernard Pecqueur (2005) concebe o conceito de desenvolvimento territorial como mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que reorganizem a economia local, com “recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho”. Os produtos padronizados seriam aqueles da globalização, onde se encontra em qualquer lugar, e o que o desenvolvimento territorial busca é identificar e valorizar o potencial de um território. O reconhecimento das especificidades territoriais está relacionado ao princípio de especificação dos ativos ou a busca pelos recursos próprios ao território. O autor reforça que os recursos presentes em um dado território podem se transformar em ativos, como um produto de um processo de melhoria, resultado de interesses e mobilização de diversos atores. A especificidade territorial, nesta perspectiva, constitui uma chave para um desenvolvimento mais criativo e inovador, fundado em saberes locais (PECQUEUR, 2005).

A participação social leva às pessoas a influenciar no processo e nas decisões, visto também os questionamentos aos agentes políticos tradicionais, que funcionavam mais

como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (SILVA E SCHNEIDER, 2004). Oportuno lembrar que Amartya Sen (2000) destaca que a participação é parte do processo de desenvolvimento.

A propósito, Paulo Eduardo Moruzzi Marques e George Flexor (2007) enfatizam que as ideias em torno do desenvolvimento sustentável permitem o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis.

### **Quilombos: da escravidão à marginalização**

A visibilidade dos povos e comunidades tradicionais passou a ocorrer a partir de meados da década de 1980, designando grupos sociais específicos e distintos entre si, desprovidos de um reconhecimento legal que garantisse o direito às terras que tradicionalmente habitavam. Para garantir esses direitos, foi criado, em 1992, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Em 2007, pelo decreto 6.040/2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesta política, as comunidades tradicionais são denominadas Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), cuja definição abarca

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007).

Esses territórios são definidos pela mesma lei como

“os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos. 231 da constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”.

Sobre comunidades quilombolas, foco de nosso estudo, o entendimento histórico sobre o regime escravocrata no período colonial permite compreender a marginalidade que muitos grupos vivem em nossa atual sociedade. Essa forma de trabalho compulsório, posicionava os escravos como meros objetos, cujos possuidores eram os senhores de escravo, que os compravam e vendiam para trabalhar em seus cultivos ou conforme suas

necessidades.

Este tipo de trabalho adotado na época foi bastante criticado em função de duas consequências perversas à sociedade: a destruição ambiental e ausência de esforço intelectual. As denúncias de destruição ambiental já eram importantes no Brasil escravista. O pensamento de José Bonifácio é revelador de uma busca em estabelecer a existência de umnexo causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural, entendendo que a reforma ambiental passava pela modernização do meio rural. José Bonifácio, da mesma maneira, um dos defensores da abolição da escravidão, entendia que a sociedade precisava se modernizar, o que seria um meio não predador a caminho de uma sociedade civilizada (PÁDUA, 2004).

A ausência de esforço intelectual foi também um dos argumentos para os que defendiam o fim da escravidão, pois tal regime não permitiria que o país se desenvolvesse. Neste mesmo estudo, o autor destaca que a grande maioria dos estudiosos da época continuavam a favor do escravismo, apenas alguns defendendo a ideia de que era preciso que os trabalhadores fossem livres para que houvesse mais harmonia entre o homem e a terra.

Assim, a luta pelo fim da escravidão foi intensificada e, finalmente, a abolição estabelecida de uma maneira que nunca beneficiaria os ex-escravos. Essas são as leituras realizadas por Florestan Fernandes (1965), ao se referir ao fim da escravidão como um processo de modernização burguesa, ou por Luiz Werneck Vianna (1997), que o associa à revolução passiva, pois foi o setor dominante que se apropriou da luta dos escravos, permitindo que a abolição ocorresse, mas que, ao mesmo tempo, permitiu a manutenção das estruturas de poder até então existentes.

Para Florestan Fernandes (1965), os antigos escravos foram abandonados, não alcançando a condição de trabalhador livre. Ademais, a nova condição foi vista pelos cativos libertos como tão degradante como àquela anterior. Essa modernização não deu, portanto, chances para o negro ou mulato liberto.

### **Os quilombos nos anos recentes**

Nos anos recentes, nota-se uma transformação do olhar dos próprios quilombolas sobre seu estilo de vida, fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade, de modo a saírem daquela condição de subcidadão estudada por Jessé Souza (2006).

Podemos definir quilombo, como:

“uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração” (SANTOS E TATTO, 2008)

Essa definição procura explicar seu modo de vida atual, para além do conceito baseado no “binômio fuga-resistência” ou nos “espaços de resistência e de isolamento da população negra” (SCHMITT et al, 2002).

Além das práticas do passado, que visavam garantir a subsistência, observa-se, nos dias atuais, a necessidade de reprodução considerando-se o seu não-isolamento. Por constituírem comunidades inseridas em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola considerando sua relação com o território e a natureza.

Autores contemporâneos, como Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003) denominam de multifuncionalidade da agricultura essa concepção de desenvolvimento sustentável no meio rural. Trata-se de olhar o espaço rural com uma perspectiva de desenvolvimento que considere aspectos da agricultura que vão além do cultivo agrícola: “reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais” (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.14).

A multifuncionalidade ocupa-se das funções sociais: conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos. Essa nova concepção pretende integrar a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. E mais que isso, sua abrangência envolve considerar aspectos como a natureza do processo produtivo agrícola, seus impactos socioculturais e ambientais, além da dinâmica de reprodução das famílias rurais e da ocupação do espaço social agrário (MALUF, 2003).

Nota-se em grande medida que tal concepção pode caracterizar as comunidades quilombolas, “(...) pertinência de categorias como parentesco, memória coletiva, normas e valores, tradições, territórios, projetos de vida, construção de patrimônio familiar, entre tantas outras” (CARNEIRO E MALUF, 2003; p. 15)

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura é aquela que integra a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local,

legitimando fontes de renda que ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos convencionais. (CARNEIRO E MALUF, 2003; p.21).

Os territórios quilombolas, por terem uma característica peculiar de posse da terra, sendo, em princípio, impossível a venda de terras que são transmitidas de geração a geração, são, a partir de sua história, relações em família e cultura, territórios multifuncionais nos quais a agricultura representa sua atividade central. Ao mesmo tempo, atividades ligadas à conservação ambiental de seu entorno são cada vez mais frequentes. Portanto, é possível assinalar que antigas práticas podem assumir novos significados nos dias de hoje.

### **Considerações metodológicas**

A metodologia planejada consistiu em um estudo exploratório utilizando-se uma combinação de técnicas de pesquisa com princípios sociológicos. Foi realizado levantamento de dados em duas etapas: a primeira contemplou a investigação de dados secundários relacionados à temática em questão, noções de desenvolvimento, multifuncionalidade da agricultura, comunidades quilombolas, história quilombola, dados socioculturais, econômicos e ambientais já disponíveis em outros estudos, entre outros. Foram consultadas as mais diversas fontes: artigos científicos, monografias, dissertações, teses e sites relacionados ao tema.

Como segunda etapa, realizou-se um levantamento de dados primários a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas na comunidade em questão. Buscou-se compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de conhecer em maior profundidade as pessoas e o que se passa na comunidade. Utilizou-se roteiro de entrevista para direcionar nossa conversa. Foram realizadas entrevistas com dez famílias da comunidade, no período de novembro de 2014 a março de 2015. A composição das famílias para a entrevista variou, algumas vezes só o casal, outras estiveram também presentes alguns filhos. Além das entrevistas com os moradores, conversamos com a presidente da associação, a diretora da escola e a responsável pelo posto de saúde.

### **Análise dos dados**

Nosso quadro de análise foi elaborado a luz dos referenciais teóricos consultados, tendo como tema central, as reflexões realizadas por Amartya Sen (2000) em seus estudos sobre o desenvolvimento como liberdade. A estruturação da análise consistiu em criar categorias a partir da ênfase nas capacidades, referindo-se a estas últimas como um amplo

recurso para avaliação do bem-estar individual, dos arranjos sociais, do estabelecimento de políticas e das propostas sobre mudanças sociais na sociedade. Seriam as capacidades que levariam as realizações (trabalhar, descansar, ser alfabetizado, ser respeitado, ter boa saúde...). Em sua concepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) destaca alguns aspectos fundamentais para a expansão das liberdades, a qual só é obtida pelo desenvolvimento das capacidades. Para nossa análise, efetuamos ajustes quanto a cada um desses aspectos considerando o caso específico em questão. A proposta original de Amartya Sen, para a expansão das liberdades, seria focalizar a participação política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Em razão dos novos papéis atribuídos aos quilombolas (aqueles mencionados no debate da multifuncionalidade da agricultura) com vistas a discutir suas capacidades, foram criadas categorias a partir da combinação da expansão das liberdades humanas (SEN, 2000) e dos aspectos que envolvem a multifuncionalidade da agricultura (MALUF, 2003).

Em nosso entendimento, consideramos a atuação política e as garantias de transparência como “oportunidade de participação”, já que esta ideia de participar está relacionada a expressar-se em sua comunidade, diante de seus membros e instituições, em uma esfera pública local, envolvendo interesses específicos dessas comunidades. Ter transparências nos processos e informações garante uma participação mais efetiva.

Por sua vez, as facilidades econômicas são entendidas como “produção e geração de renda” por meio das atividades econômicas desenvolvidas e os programas sociais de transferência de renda. Estes últimos contribuem de maneira significativa no acesso ao consumo de diversos itens. Interessa-nos saber se tais atividades permitem a reprodução socioeconômica das famílias, tal como sugerido em termos da multifuncionalidade da agricultura, simultaneamente ao aumento de suas capacidades e liberdades.

As oportunidades sociais são expressas pelo “desenvolvimento e saúde”. Quanto ao desenvolvimento, pode ser pensado em termos de impulsos de ações voltadas para a educação, capacitação e treinamento dos indivíduos na comunidade. Na saúde, incluímos análises da sensibilidade ambiental, dos hábitos alimentares e das relações sociais. A sensibilidade ambiental está relacionada ao desejo de preservação dos recursos naturais e das paisagens; os hábitos alimentares permitem pensar na promoção da segurança alimentar das famílias rurais bem como da sociedade e; as relações sociais permitem-nos discutir em que medida ocorre a manutenção do tecido social e cultural das comunidades envolvidas enquanto meio favorável para a expansão das capacidades.

Finalmente, a segurança protetora seria expressa pela sensação de “conforto e segurança”. Trata-se de examinar o projeto na comunidade no que se refere a esta segurança protetora. Cumpre aqui também desenvolver uma análise particular quanto aos filhos: qual o futuro desejado por eles mesmos e por seus pais. A teoria das capacidades, apoiada também na noção de multifuncionalidade da agricultura, permitiu gerar o quadro abaixo:

**Figura 1 – Categorias criadas para a análise dos dados**

Aspectos que queremos analisar	Amartya Sen	Multifuncionalidade da agricultura	Categorias criadas
✓ Participação	✓ Participação política ✓ Garantias de transparência	✓ Participação	✓ Oportunidade de participação
✓ Produção	✓ Facilidades econômicas	✓ Reprodução socioeconômica	✓ Produção e geração de renda
✓ Mudanças em termos de alimentação ✓ Produção ✓ Sociabilidade ✓ Sensibilidade ambiental	✓ Oportunidades sociais	✓ Promoção da segurança alimentar ✓ Manutenção do tecido social e cultural ✓ Preservação dos recursos naturais e paisagens	✓ Desenvolvimento e Saúde
✓ Sensação de conforto e segurança (prazer e liberdade) ✓ Futuro concebido aos filhos	✓ Segurança protetora	✓ Manutenção do tecido social e cultural	✓ Conforto e Segurança

### Comunidade quilombola do Carrasco

A Comunidade Quilombola do Carrasco localiza-se a aproximadamente 13 quilômetros do centro de Arapiraca (AL), na zona rural. Reúne tradições cristãs e cultos afrodescendentes, e seus membros conseguem plantar apenas o necessário para a subsistência. O nome Carrasco tem origem no nome de uma planta de folhas finas e com muitos espinhos, arbusto muito comum na região. A comunidade começou a se formar a partir da chegada de Antônia Rosa com alguns escravos, no século XIX. De acordo com alguns relatos dos seus ancestrais, Antônia Rosa era uma mulher branca, se contrapondo a toda e qualquer forma de indiferença. Era proprietária de terras e antes de morrer, dividiu as terras que tinha e doou aos negros que trabalharam com ela nas fazendas, fazendo com que surgisse o Carrasco. A comunidade foi crescendo e se formando a partir de relações de

parentesco, com os matrimônios dentro de um mesmo círculo familiar (OLIVEIRA, 2014).

O povoado recebeu a certificação da terra em 2007. De acordo com a gerência da Unidade Básica de Saúde da comunidade, no sítio Carrasco moram 266 famílias, das quais 159 são identificadas como quilombolas. O cadastro no sistema de saúde registra 295 usuárias do sexo feminino com idade acima de quinze anos e 118 com idade de 0 a 14 anos; dos usuários do sexo masculino o número é de 282 com idade acima de 15 anos e 99 com idade entre 0 e 14 anos. Existe um total de 794 moradores, dos quais 233 declaram-se agricultores (SANTOS, 2016).

Nossos questionamentos permitiram obter elementos para a analisar a noção de desenvolvimento como liberdade nos aspectos de participação, produção e geração de renda, desenvolvimento e saúde, e a sensação de conforto e segurança, considerados a seguir. Cabe lembrar que é o ponto de vista teórico, em nosso caso, aquele de Amartya Sen (2000), que permite decidir a pertinência das dimensões susceptíveis de análise.

### **Oportunidade de participação**

O discurso sobre a participação, emergente na década de 90, com a descentralização das políticas em contexto de controvérsia entre reforma do Estado e consolidação democrática, tornou-se aspecto central nas iniciativas de desenvolvimento local, conforme destacamos com as ideias de Franklin Dias Coelho (2000), Evelina Dagnino (2004) e Boaventura Souza Santos (2002). Assim, este fenômeno está no centro de nossos estudos sobre a comunidade em questão.

Trata-se de uma população com baixa escolarização, que não aceita a condição de quilombola por não entender o que isso significa, o que dificulta disseminar a ideia de uma identidade quilombola ou qualquer outra iniciativa em torno da preservação do patrimônio cultural (OLIVEIRA, 2014).

Foi observado durante as visitas que existe uma má organização das representações comunitárias, não existe uma sede física para a associação e poucas pessoas estariam capacitadas ou dispostas a assumir a função de líder da comunidade. A mesma gestão já se repete há oito anos e muitos moradores mostram-se insatisfeitos em relação a ela. Ao mesmo tempo, não se nota interesse entre os moradores que criticam a atual gestão em assumir a posição.

As atividades que hoje acontecem por intermédio da associação dizem respeito ao controle do número de famílias e à distribuição de alimentos por conta de uma parceria com

o poder público. Os moradores não conhecem as ações que estão acontecendo na comunidade, e ficam desconfiados quanto à atuação da atual gestão.

As pessoas que fazem parte da associação participam de reuniões mensais que acontecem para arrecadar um fundo que servirá para viabilizar a logística de alimentos que serão distribuídos na comunidade. Não existem pontos a serem decididos nessas reuniões de maneira que as pessoas possam exercer sua participação. Também é bastante perceptível o medo que alguns deles têm de fazer suas reivindicações e aceitam a atual situação.

Os relatos dos moradores e da presidente da associação mostram que é realmente difícil manter e organizar a comunidade, a falta de incentivo à organização e formação de lideranças é algo que dificulta o trabalho, pois trata-se de um trabalho voluntário que se faz necessário, pois disso depende a melhoria da comunidade. A líder reconhece que existem projetos disponíveis à comunidade mas não tem quem os escreva e não possuem recursos para pagar alguém qualificado.

Entendemos que a preparação de lideranças é ponto central para que a comunidade comece sua articulação com as instâncias públicas que poderiam dialogar tendo em vista as necessidades dessa comunidade. É o novo papel do Estado, mais democrático e permeável a relações com a sociedade civil, conforme descreveu Boaventura Souza Santos (2002).

## **Produção e geração de renda**

Quando chegamos na comunidade, nota-se os poucos pontos comerciais do local. Um mercadinho logo na entrada da comunidade e uma borracharia, símbolo dos novos tempos, comprovando a substituição do transporte à cavalo, burro e bicicleta, muito comum no interior do Nordeste, pela moto.

A comunidade quilombola do Carrasco tem a agricultura como atividade produtiva, com o cultivo de mandioca, feijão, milho, algumas frutas. Essa produção é para a subsistência da comunidade, e quando há excedentes, são vendidos aos próprios moradores. Devido às questões climáticas a agricultura fica bastante comprometida, com as altas temperaturas. Esta atividade só é praticada nos meses em que há chuva, em geral, de maio a julho. Assim, o que de fato gera renda na comunidade, são as aposentadorias dos mais velhos e o programa bolsa família. Isso torna possível a aquisição de itens que não são produzidos, como roupas, utensílios domésticos, outros alimentos etc.

Nas visitas às famílias encontramos pelo caminho aquelas que produzem a castanha de caju e pudemos observar como se dá este processo, com as mulheres descascando as castanhas após terem sido torradas.

Os relatos da presidente da associação e da diretora da escola informam que existem algumas iniciativas realizadas na comunidade visando a geração de renda, como cursos profissionalizantes e materiais, oferecidos pela prefeitura do município. Porém não há estrutura, nem apoio para a continuidade dos trabalhos.

Nossa análise permite considerar que as atividades sustentadas atualmente de geração de renda, bem como suas iniciativas, não levarão à emancipação socioeconômica desta população, pois trata-se de ações pontuais, sem continuidade, que criam expectativas, mas se perdem num curto período. Seria necessário um maior apoio e incentivo a uma forma de produção que leve a segurança alimentar, com uma maior quantidade de itens produzidos e menor dependência dos produtos vindos de fora e quem sabe a geração de um excedente que permita a comercialização. É importante ressaltar que a escola em tempo integral na comunidade cultiva uma horta que é utilizada na merenda escolar e também serve de exemplo aos alunos nas aulas dadas pelos professores que envolvem o tema.

Nesse sentido, é possível se pensar na construção de um projeto de desenvolvimento ancorado em especificidades locais, conforme destaca Bernard Pecqueur (2007), considerando que os ativos e os recursos do local estão sendo concebidos em grande medida como específicos.

## **Desenvolvimento e saúde**

As oportunidades de desenvolvimento relacionam-se ao acesso à educação e saúde. Conforme mencionamos anteriormente, os mais velhos são analfabetos, alguns deles mostraram-se interessados em aprender a ler e escrever, mas não se animam a frequentar a escola em horário noturno, pelo cansaço e também pelo maior perigo que se corre no deslocamento da escola para a casa nesse turno.

As crianças, por outro lado, tem uma oportunidade de estudo muito importante na comunidade, pois existe uma escola em tempo integral que é muito apreciada pelos moradores da comunidade. Trata-se de uma escola de educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental, com atividades do currículo básico na parte da manhã e atividades de formação complementar à tarde, com oficinas de música, aprendizado de instrumentos musicais, cultura afro, oficinas de artesanato, realização de eventos comemorativos entre

outros. Realizamos entrevistas com as gestoras e visitas às instalações e pudemos constatar a estrutura disponível e o comprometimento dos funcionários para viabilizar um ensino de qualidade.

Nota-se que a escola tem um papel muito importante na formação dos alunos, pois além de todo o ensino curricular que é dado, existem iniciativas como a horta escolar, a qual permite que os alunos conheçam as verduras e legumes que não são comuns na plantação e nem em seu consumo na comunidade, e é ainda utilizado nas refeições dos alunos. Isso reforça o papel da escola como promotora da segurança alimentar, ao disponibilizar alimentos que favorecerão à saúde das crianças. Existe também a iniciativa de reaproveitamento da água, uma vez que este recurso é escasso na comunidade, mas ainda necessita de um apoio maior de profissionais que auxiliem nesse reaproveitamento.

Os moradores criticam o fato de seus filhos terem que se deslocar para a comunidade vizinha quando terminarem o 5º ano, pois não há as demais séries nessa escola e o transporte coletivo para se chegar na outra escola é irregular.

Nesse item também buscamos conhecer a saúde da comunidade. Existe um posto de saúde, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atende não só a comunidade quilombola mas outras comunidades do entorno e de acordo com os relatos dos moradores, parecem muito satisfeitos com a atuação da equipe de saúde pois existe uma estrutura que comporta as necessidades dos moradores, com especialistas nas consultas que necessitam realizar e medicamentos controlados necessários às suas enfermidades.

A consciência ambiental é algo pouco disseminado na comunidade. Existe coleta de lixo, duas vezes na semana (segunda-feira e sexta-feira), mas não há coleta seletiva. Quanto ao saneamento básico, as casas descartam seus desejos no próprio solo, contaminando-o. Esta baixa consciência ambiental leva à degradação dos recursos naturais e das paisagens afetando consideravelmente a ideia da multifuncionalidade da agricultura, pois é a partir dos recursos naturais existentes que a comunidade tem condições de se reproduzir socialmente no local.

Todos tem a possibilidade do acesso à água por meio de encanamento (uma minoria) ou cisternas/caixas d'água, a partir do Programa Cisternas do Governo Federal. Porém, a falta d'água é um problema frequentemente citado pelos moradores que acomete todas as estruturas da comunidade. Muitos pagam para ter acesso a este recurso que não tem uma procedência confiável. Nota-se neste ponto que, aquilo que se busca dentro da multifuncionalidade da agricultura, como por exemplo, a promoção da segurança alimentar, há a negligência desse aspecto pela qualidade da água que muitas vezes pode contaminar

os alimentos consumidos, gerando doenças aos moradores.

### **Conforto e segurança**

À parte o problema de falta de água, que acaba por influenciar todas as áreas e atividades, os moradores demonstram gostar muito de viver na comunidade e não pretendem sair dela. Todos têm acesso à luz e pagam por ela. Existe uma estrutura que permite o convívio social, como a igreja, a escola, o posto de saúde e transporte (com certa frequência). As ruas não são asfaltadas, mas esse é um fato encontrado até mesmo em Arapiraca, na região central. Nem todas as ruas são asfaltadas. Os moradores ressaltam que é muito tranquilo viver na comunidade, pois não tem muita violência e todos se ajudam. Apenas sentem falta de alguns atrativos para que exista mais movimentação e participação de seus moradores, lembrando uma rádio que existe na comunidade, mas a maior parte do tempo não está em funcionamento e citam positivamente os momentos de festas que sempre são organizados pela escola ou pela associação.

Esse resultado é bastante positivo, pois as pessoas desejam continuar na comunidade. Isso torna mais importante o papel do poder público, ao fomentar ações que fortaleçam a comunidade, e dessa forma consigam sobreviver e se reproduzir dignamente em seu território.

### **Considerações finais**

Ao estruturar nosso trabalho, o que tínhamos em mente era reconhecer a multifuncionalidade da agricultura como possibilidade de desenvolvimento como liberdade para a comunidade quilombola do Carrasco. Buscamos analisar os dados levantados a partir de diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental sob a ótica da teoria das capacidades proposta por Amartya Sen (2000), analisando a pertinência ou não de empreendermos ações de desenvolvimento local nessas comunidades.

Como quadro geral, nota-se uma comunidade carente de ações que permitam desenvolver capacidades que por sua vez, resultem no desenvolvimento como liberdade. Cabe lembrar que essa ideia de expansão das liberdades surgiu a partir da insuficiência dos modelos tradicionais de desenvolvimento focados na noção de progresso. Esse tipo de enfoque só pode ser pensado para poucas sociedades, pois existe a limitação de nosso planeta em termos de recursos materiais e energéticos. Estes últimos, caso consumidos por todas as sociedades do planeta tal como ocorre nos países e nos grupos humanos mais

ricos, esgotar-se-iam em curtíssimo prazo.

Efetivamente, o caso estudado reforça as marcas do regime de trabalho escravo que existiu no Brasil. O progresso brasileiro ocorre com o abandono social da população negra. No nosso estudo, é encorajador obter resultados como este da escola em tempo integral na comunidade, pois no desenvolvimento como liberdade, a capacidade de pensar em outros mundos depende de um papel central da educação. Igualmente importante, é a educação para o processo participativo: "como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa" (SEN, 2000).

Por outro lado, a comunidade em questão nos mostra que, apesar de seus moradores estarem influenciados por valores da sociedade que lhes deixou à margem, empreendem um movimento de resistência, com o desejo de permanecer na comunidade, com algumas reivindicações. Devido à proximidade que se encontram em relação ao centro urbano de Arapiraca, a ideia de multifuncionalidade torna-se opção atraente para dinamizar a vida econômica, social e ambiental da comunidade, em direção a um bem-estar das gerações mais propensas a abandonar o local.

Caberia neste caso, retomar o papel do Estado, em boa medida salientado na Constituição de 1988, cujas características concentram-se na descentralização atrelada à participação social. Assim, a ideia de um programa transversal, que contemple as diversas áreas (educação, saúde, infraestrutura, etc) atrelado à participação da comunidade e outros atores sociais, como entidades da sociedade civil organizada, pode ser a chave para o desenvolvimento como liberdade deste grupo. O estabelecimento de políticas públicas fundados no desenvolvimento como liberdade deve considerar o desenvolvimento de capacidades que levem em conta os desejos da comunidade.

O estudo não está finalizado, sendo assim, como próxima etapa, pretendemos entrevistar os gestores do município a fim de obter mais informações a respeito das políticas que foram implementadas e daquelas de não foram, destacando suas razões.

## Referências

ALAGOAS (2014). ITERAL - **Instituto de Terras de Alagoas**. Disponível em [www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas](http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas). Acesso em 08 jun 2014.

ARAÚJO, A.M.C. Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 52, p. 5-44,

2001.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial [da] União**, 10 mar. 2008. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>.

BRASIL (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 25 ago 2014.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. “Introdução”. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CARNEIRO DA CUNHA, M. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: **Revista USP**, São Paulo, v. 75, p. 76-84, 2007.

CARVALHO, C.P. **Formação Histórica de Alagoas**. GRAFITEX, 1980.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996. 335p.

COELHO, F.D. **Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: As Experiências Recentes num Contexto de Descentralização**. Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/2/LCR1972/lcr1972e.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2009. 54p.

DUFUMIER, M. “Agricultura e desenvolvimento sustentável”. In: MORUZZI MARQUES, P.E. **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: dialogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**. Piracicaba: ESALQ, 2010. p.21-38.

ESCOBAR, A. “El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social”. In: DANIEL MATO (Ed.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, 1965. v.1. 1062p.

FERREIRA, H. da S.; LAMENHA, M.L.D.; XAVIER JÚNIOR, A.F.S.; CAVALCANTE, J.C.; SANTOS, A.M. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica** 30(1), 2011

HIRST, P. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998. 364p.

KANIKADAN, A.Y.S. Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos de Mandira – SP e Campinho da Independência – RJ. **Tese** (Doutorado) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

MALUF, R. “A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira”. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e**

agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. (2007). "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura." **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v. 7, p.45-66, 2007.

OLIVEIRA, S. **Parecer analítico com base no Plano Político Pedagógico da Escola Manoel João da Silva**. Estágio Supervisionado. UNEAL, 2014.

PÁDUA, J.A. de. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004. 318p.

PECQUEUR, B. "O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul". **Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1/2, p.11-22, 2005.

PIETERSE, J.N. "**My Paradigm or Yours?** Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development." *Development and Change*. Institute of Social Studies. Cambridge: Published by Blackwell Publishers, 1998. v.29 p.343-373.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 480p.

RISCADO, J.L.S.; OLIVEIRA, M.A.B.; BRITO, Â.M.B.B. Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, supl.2, p.96-108, 2010

SAHLINS, M. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção" pt.1: **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.41-73, 1997.

SANTOS, C.J.S; SILVA, J.R.P. Tradição e territorialidade na comunidade camponesa remanescente quilombola carrasco, Arapiraca - Alagoas. In: **V Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas**, 2008, Maceió - AL. E-Book - V Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas. Maceió - AL: UFAL, 2008. v. Único. p. 259.

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678p.

SANTOS, K.M.P.D.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 194p.

SANTOS, L. Comunidades quilombolas e a saúde da população negra: um olhar para a comunidade quilombola do Carrasco. **Monografia** (Graduação) Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, 2016.

SANTOS, V.S. Escola e identidades: estudo etnográfico do fortalecimento identitário numa comunidade remanescente de quilombo em AL. **Anais do V FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES e I CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE**. 08 a 10 de setembro de 2011 UFS – Itabaiana/SE, Brasil

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.5, n.10, p6, 1.sem. 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416p.

SILVA, J.B. A educação formal afro-quilombola em Alagoas: limites e possibilidades de emancipação humana. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa em Pós-Graduação em Educação Brasileira, Maceió, AL, 2012

SOUZA, J. “A gramática social da desigualdade brasileira”. In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. UFMG: Belo Horizonte, 2006. 396p.

VIANNA, L.W. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 222p.

Recebido para publicação em 16 de agosto de 2016.

Devolvido para revisão em 15 de fevereiro de 2017.

Aceito para publicação em 03 de agosto de 2017.